

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Zero HoraClass.: 02Data 24/03/93

Pg.: _____

Testemunhas de acusação

DÉCIO FREITAS

Historiador

Inevitavelmente, os índios perturbaram as festividades do quinto centenário da descoberta da América. Marcaram sua presença como testemunhas de acusação, pelo protesto dos grupos sobreviventes, mas, também, pelo libelo que emerge do fundo da história. Pois a gênese da modernidade foi regada pelo sangue das vítimas de um inigualado etnocídio.

A interessante reportagem de Carlos Wagner e Clarinha Glock, neste jornal, sobre os índios que sobrevivem no Estado, chama uma reflexão sobre a tragédia. Num casebre de Porto Alegre, ouviram uma caingangue de 77 anos. Se bem tenha vivido na cidade toda sua existência, esquecida já da língua nativa, só pensa na demarcação das terras indígenas prometida pela Constituição para reintegrar-se na cultura imemorial. O mesmo sonho de milhares de índios tribalizados ou destribilizados no Brasil. Aqui, a chave da tragédia: a irremovível adesão à identidade, a permanente recusa da ocidentalidade, o imperecível irredentismo.

A destruição das etnoculturas indígenas estava na lógica da expansão ocidental, mas não estava nas intenções de seus agentes — os reis, os governadores, os religiosos e mesmo os colonos. Na sua atividade histórica, advertia Hegel, os homens praticam ações que produzem resultados não previstos nem desejados. Seja, o homem põe e a história dispõe. Os ocidentais não viam mal algum em conquistar almas pagãs para a cristandade. Além do mais, sua pobreza demográfica não lhes permitia ocupar e povoar os vastos territórios americanos. O Brasil, v.g., tinha um território 93 vezes maior

que o de Portugal e uma população autóctone 6 vezes superior. Ora, sem povoamento e ocupação, inexistia posse jurídica e soberania política. A solução: converter os índios ao cristianismo e torná-los súditos do rei. Produzir-se-ia, assim, o necessário *uti possidetis*. Projeta-se, em última análise, criar países povoados por índios ocidentalizados.

Isto pressupunha o reconhecimento da liberdade dos índios; cristãos e súditos do rei não podiam ser escravos. É verdade que a pressão escravizadora dos colonos ou a resistência dos índios à destribilização levaram a Coroa a uma política tergiversante; as “justas guerras” legitimaram matanças e escravidão. Mas, de todo modo, a escravidão sempre teve caráter de excepcionalidade e a propriedade do escravo-índio foi antes litigiosa que pacífica. A regra foi a liberdade, não a escravidão. A liberdade do índio foi o tema mais candente de todo período colonial.

A paixão guerreira dos índios permitiu mobilizá-los para repelir as intrusões de outros ocidentais; é certo que sem a ajuda dos índios a região amazônica não teria sido conquistada. As coisas se complicaram com a tentativa de integrá-los na ordem econômica colonial, mediante trabalho assalariado, sob a primeira legislação trabalhista da América. O autoconfiante voluntarismo das Coroas ibéricas desconheceu a advertência de frei Bartolomé de Las Casas sobre a absoluta impossibilidade de encaixar o índio no molde ocidental. Podia ser exterminado, mas não incorporado. Nem a mais doce persuasão, nem a mais inaudita violência, conciliariam jamais culturas tão diferentes e incompatíveis.

Como a era moderna debutou em fins do século XV, na esteira das grandes navegações, cabia à Europa ocidental a denominação de Novo Mundo. O caso foi que se batizou como tal a Descoberta

— em todos os sentidos um mundo arcaico. Em época tão recuada que já não guardavam memória, os ocidentais haviam passado por análoga etapa; só que tinham mudado e evoluído, enquanto os índios pareciam haver parado no tempo. Um dos deprimentes fracassos da historiografia é sua incapacidade de dar conta da razão pela qual algumas sociedades se autotransformaram e outras permaneceram estáticas. Na América, defrontaram-se homens de sociedades auto-estruturadas para mudar e homens de sociedades auto-estruturadas para não mudar. A ética hedonista do indígena não aceitou a ética ocidental do trabalho; em essência, uma confrontação entre o *homo faber* e o *homo otiosus*.

A liberdade do índio foi o tema mais candente do período colonial

Na sua expansão, os ocidentais almejavam construir mundos à imagem e semelhança daquele que então despontava na Europa. Em alguns casos (Estados Unidos, Canadá), tiveram êxito, mediante a liquidação completa das etnoculturas nativas; mas, na maioria dos casos (América Latina), criaram inumanas, grotescas e ineptas simbioses de modernidade e arcaísmo — aleijões históricos.

Os índios passaram cinco séculos dizendo que não querem mudar e muito menos se ocidentalizar. Hoje, a Constituição consagra este direito aos sobreviventes. Claro, o direito à preservação da identidade implica o de não se verem convertidos em jardins zoológicos para festejadas teses etnológicas ou antropológicas.